

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões da Prova Escrita de Direito no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Direito**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Direito**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- Na avaliação das questões 1 e 2, serão atribuídos **3,00 pontos** por quesito, o que totalizará os **30,00 pontos possíveis** em cada uma das duas questões. Na avaliação das questões 3 e 4, serão atribuídos **2,00 pontos** por quesito, o que totalizará os **20,00 pontos possíveis** em cada uma das duas questões.

## -- PROVA ESCRITA DE DIREITO --

### QUESTÃO 1

A elevação do nível do mar tornou-se, nos últimos anos, tema de crescente importância para uma parte significativa da comunidade internacional — mais de 70 Estados são ou poderão ser diretamente afetados pela elevação do nível do mar, grupo que representa mais de um terço dos Estados que compõem a comunidade internacional.

Nações Unidas. Comissão de Direito Internacional.  
**Relatório da 70.ª Sessão**, 2018, A/73/10, p. 326 [tradução livre].

Considerando que o excerto apresentado tenha caráter meramente motivador, discorra, sob o ponto de vista do direito internacional, sobre os impactos da elevação do nível do mar nos Estados nacionais. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 requisitos para a existência de um Estado no âmbito do direito internacional;
- 2 debates em curso sobre as consequências jurídicas do desaparecimento do território de um Estado em razão da elevação do nível do mar;
- 3 argumentos favoráveis à continuidade do Estado cujo território venha a desaparecer;
- 4 normas jurídicas internacionais para proteção das pessoas deslocadas pela elevação do nível do mar;
- 5 possibilidade de aplicação do princípio do *non-refoulement* à luz dos precedentes e das discussões em curso no sistema internacional de proteção dos direitos humanos;
- 6 direito internacional dos refugiados e suas limitações no atual regime jurídico internacional;
- 7 impactos e consequências jurídicas da elevação do nível do mar nas delimitações de zonas marítimas;
- 8 possibilidade de manutenção das delimitações das zonas marítimas atuais, à luz do princípio da estabilidade jurídica;
- 9 papel da prática dos Estados na aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em relação à elevação do nível do mar;
- 10 desafios que a elevação do nível do mar traz às normas atuais de direito internacional atinentes à existência do Estado, à proteção da população deslocada e à delimitação das zonas marítimas.

**QUESTÃO 1 – RASCUNHO 1/2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 1 – RASCUNHO 2/2**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**QUESTÃO 2**

Discorra sobre os avanços e retrocessos na sociedade internacional à luz da concepção do *jus cogens* no âmbito do direito internacional, apresentando argumentos em favor do seu posicionamento acerca dessa temática. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 o Direito das Gentes e o pacto Briand-Kellogg;
- 2 contextualização dos avanços e retrocessos na sociedade internacional no que se refere aos acontecimentos mundiais (guerras, criação de organismos de cooperação internacional, mundo bilateral *versus* mundo multilateral, mundo pós-pandemia, entre outros);
- 3 Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) e conceito de *jus cogens*;
- 4 situação jurídica de tratado em conflito com norma imperativa de direito internacional geral;
- 5 abrangência do *jus cogens* como idealização de uma ordem internacional superior;
- 6 efetividade do *jus cogens* diante da crescente beligerância e da escalada do uso da força na ordem mundial;
- 7 ideação do *jus cogens* e a realidade internacional;
- 8 relação entre o realismo das relações internacionais e o idealismo do direito internacional;
- 9 Conselho de Segurança das Nações Unidas e uso da força, graves ameaças à paz e ações deliberadas dos Estados em prol do protecionismo;
- 10 sujeitos e fontes do direito internacional.

**QUESTÃO 2 – RASCUNHO 1/2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 2 – RASCUNHO 2/2**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**QUESTÃO 3**

Os grandes desafios de nossos tempos — a proteção do ser humano e do meio ambiente, o desarmamento, a erradicação da pobreza crônica, o desenvolvimento humano e a superação das disparidades alarmantes entre os países e dentro deles — nos incitam a repensar os próprios fundamentos e princípios do direito internacional contemporâneo, com vistas a sua revitalização, como um verdadeiro direito universal da humanidade.

Antonio Augusto Cançado Trindade.  
**O direito internacional em um mundo em transformação.**  
Renovar, 2002. p. 1.086 (com adaptações).

A Convenção [para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio] foi adotada manifestamente por motivos puramente humanitários e civilizatórios. Nesse tipo de convenção, os Estados contratantes não possuem interesses próprios; eles apenas têm um interesse comum, nomeadamente, o atingimento dos mais altos propósitos que constituem a *raison d'être* da Convenção.

Corte Internacional de Justiça. **Opinião consultiva sobre reservas à Convenção para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio**, 1951, p. 23.

---

Considerando que os excertos apresentados tenham caráter meramente motivador, discorra sobre o desenvolvimento do direito internacional em relação à prevenção e à proibição do genocídio. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 desenvolvimento histórico do direito internacional em relação à proteção do ser humano;
  - 2 surgimento do direito internacional penal;
  - 3 principais fundamentos das escolas teóricas do direito internacional para a proteção do indivíduo;
  - 4 prevenção e proibição do genocídio à luz da Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948);
  - 5 conceito de genocídio e dolo especial para a sua caracterização;
  - 6 evolução da jurisprudência da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em relação aos casos de violação à Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio;
  - 7 proibição do cometimento do crime de genocídio como norma de *jus cogens* e obrigação *erga omnes*;
  - 8 evolução dos mecanismos judiciais regionais para a responsabilização do Estado em casos de violação das obrigações de prevenção e proibição do genocídio;
  - 9 evolução dos mecanismos judiciais para responsabilização do indivíduo em casos de genocídio;
  - 10 diferenças entre a responsabilidade internacional do Estado e do indivíduo, suas complementariedades e potenciais desafios.
-

**QUESTÃO 3 – RASCUNHO 1/2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**QUESTÃO 3 – RASCUNHO 2/2**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

**QUESTÃO 4**

Discorra sobre a tutela constitucional brasileira a princípios de direito internacional público e à integração regional, abordando os seguintes aspectos:

- 1 princípios jurídicos como fontes primárias do direito internacional público;
- 2 princípios jurídicos sob a ótica do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ);
- 3 princípios gerais do direito e princípios gerais do direito internacional público: natureza, semelhanças e diferenças;
- 4 valores basilares de convivência entre as nações;
- 5 cinco princípios que regem a República Federativa do Brasil no âmbito de suas relações internacionais;
- 6 *status* normativo concedido ao tema e o seu reconhecimento pelo legislador constituinte nacional;
- 7 desenvolvimento do MERCOSUL e de outras iniciativas de integração regional das quais o Brasil é parte;
- 8 processo de integração e promoção do Tratado de Assunção de 1991;
- 9 implicações jurídicas relativas ao tratamento constitucional acerca da integração regional;
- 10 integração econômica, política, social e cultural dos povos como um objetivo no âmbito do direito internacional.

**QUESTÃO 4 – RASCUNHO 1/2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 4 – RASCUNHO 2/2**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	